

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PROGRESSISTAS-PP (PARTIDO PROGRESSISTA-PP), no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto do Partido e, ainda, de acordo com a autonomia conferida pelo artigo 17 da Constituição Federal aos Partidos Políticos, e

Considerando a Resolução 001/2018-CEN (Comissão Executiva Nacional), que “*Estabelece critérios para a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha-FEFC para as eleições gerais de 2018*”.

Considerando que este feito tramita nesse colendo TSE sob o **Procedimento SEI nº 2018.00.000008572-7** - Assunto: Apresentação dos requisitos para liberação dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de campanha (FEFC) - Interessado: Partido Progressista (PP).

Considerando o Parecer do douto Ministério Público Eleitoral, da lavra do em. Vice-Procurador-Geral Eleitoral Humberto Jacques de Medeiros, de 10.8.2018, que sugere:

“23. Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral manifesta-se pela notificação do partido, para que adote as medidas cabíveis, de modo a reformular os critérios relativos à destinação de recursos do FEFC às mulheres candidatas, **retirando-se o regramento disposto no art. 9º, § 1º da Resolução 001/2018-CEN.**” (grifos nossos)

Considerando o r. Despacho do em. Ministro Presidente Luiz Fux, de 11.8.2018, que determinou:

“Ante o exposto, **determino a notificação do PP para cumprimento das providências sugeridas pelo MPE**, encaminhando-se cópia da Informação ASEPA nº 59/2018, do Parecer do MPE e deste despacho.” (grifos nossos)

Considerando que o Partido **acolhe** as sugestões do d. MPE no sentido que não caberia aos candidatos homens do Partido indicar as candidatas beneficiárias do FEFC, pois “15. *Candidato não é órgão partidário de deliberação*”.

Considerando que doravante caberá ao órgão partidário Comissão Executiva Nacional indicar as candidatas beneficiárias do FEFC.

Considerando que o art. 63, § 1º do Estatuto do Partido¹ estabelece que o Presidente da Comissão Executiva Nacional pode praticar todos os atos de competência da Comissão Executiva Nacional *ad referendum* desta.

RESOLVE:

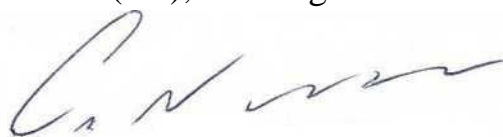
RESOLUÇÃO Nº 14/2018

Art. 1º O § 1º do art. 9 da Resolução 001/2018-CEN passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Caberá à Comissão Executiva Nacional indicar:”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília (DF), 13 de agosto de 2018.



Senador CIRO NOGUEIRA
Presidente da Comissão Executiva Nacional

¹ Art. 63. Compete aos Presidentes das Comissões Executivas Nacional, Estaduais e Municipais:
(...)

§ 1º Compete ainda ao Presidente da Comissão Executiva Nacional praticar todos os atos de competência da Comissão Executiva Nacional previstos neste Estatuto *ad referendum* desta, submetendo-os ao órgão na sua primeira reunião subsequente.